

GRANDE ENTREVISTA

FRANCISCO PINTO LEITE DIRECTOR DA PARATUS-INTERNET TECHNOLOGIES ANGOLA

“É imprescindível que se invista nas telecomunicações se o País quiser tornar-se competitivo”

O director geral da operadora de telecomunicações Paratus-Internet Technologies Angola acredita no potencial do País para o desenvolvimento do sector, mas alerta para necessidade da haver uma aposta real neste segmento apontado como base para a sustentabilidade do crescimento de Angola



“Hoje, se comparamos, na região da SADC, Angola já não é o país com preços mais elevados de telecomunicações”

Faustino Diogo (texto)
César Magalhães (fotos)

A Paratus Internet Technologies Angola é uma das empresas de telecomunicações que está no mercado há alguns anos. Qual é a realidade do sector hoje no País?

O sector está dentro da conjuntura geral do País. Como sabemos, a nossa economia vem, ao longo dos anos, desde a independência, a passar por altos e baixos e o sector não está de fora desta conjuntura que é o País. As telecomunicações

são um sector de capital intensivo, sendo que este capital está indexado à moeda estrangeira. Este ano, tivemos uma desvalorização bastante acentuada, de Janeiro até à data, e isso fez com que as empresas tivessem de rever os seus planos de investimento. Por outro lado, na parte operativa, aquilo que são os custos operacionais das empresas, continuamos a ter alguns custos indexados a moeda estrangeira, por exemplo os conteúdos, licenças, segmento espacial, comunicações internacionais, o que faz com que as empresas sejam geridas de forma muito rígida e com processos restritos para se manterem no mercado.

Com estes constrangimentos é possível termos as telecomunicações ao nível dos padrões de outras regiões, como, por exemplo, a SADC?

Em muitos aspectos estamos acima do nível da região. Cada país tem a sua especificidade. Se olharmos para a Namíbia, é uma realidade bem diferente, por exemplo, da República Democrática do Congo, Moçambique ou Botswana. Muitas vezes, fazemos comparações e tiramos o contexto da comparação. Posso dizer que a Paratus, a nível de Data Center, não fica nada a dever a Data Centers internacionais, inclusive europeus. É verdade que ainda temos muitos desafios, muito a fazer a nível do alastramento da própria rede ao leste do País. O País

“O Imposto Industrial veio em contramão ao que deveria ser. Para as telecoms este imposto aumentou quando era suposto haver alguma subvenção”

desenvolve-se muito sobre o litoral. A segunda linha, estou a falar a nível de municípios e outros níveis, ao longo deste ano foram feitos muitos investimentos no início e talvez não tivéssemos sido tão eficazes neste investimento.

Porquê?

Não foi só nas telecomunicações. Foi também noutros sectores, um pouco pela vontade de querer fazer País rápido. E falo sobretudo no período pós-guerra. E não foi só o sector público, o privado também não foi tão assertivo. Hoje o sentido é outro. Há mais maturidade no sector, os investimentos já são feitos de forma mais assertiva, mas de qualquer das formas ainda temos muito a fazer.

Temos situações como as que estão a acontecer agora em que, quando há uma avaria num cabo submarino, ficamos com dificuldades nos serviços de telecomunicações. Ainda se justificam situações destas no mercado?

Angola é privilegiada. Há países que ficaram em situações piores do que o nosso. Em Angola passam três cabos. O WACS, o SAT3, que vão de Cape Town até Portugal, e foram estes dois que foram afectados. Mas temos alternativa no cabo para o Brasil. Por outro lado, com outros operadores como nós conseguimos direccionar o tráfego para a África do Sul e depois utilizar um quarto cabo que não aporta em Angola, mas passa pela costa ocidental de África, que é o Equiano, elevamos o nosso tráfego para a Europa. Neste momento, já não se sentem tantos constrangimentos, mas os cabos ainda não foram reparados. Houve um período em que os operadores tiveram de balancear melhor os seus tráfegos, o que é normal nesta operação.

Porquê acontecem estas roturas de cabos?

É normal que aconteça. Provavelmente pela corrente do rio Congo onde aconteceu a rotura, mas o outro cabo está operacional e tem sido o grande suporte das comunicações internacionais em Angola.

O que ainda podemos melhorar a nível da operação de telecomunicações?

Temos muito a fazer. Olhar, por exemplo, para a partilha de infraestruturas de telecomunicações. Ao partilharmos infraestruturas os operadores vão otimizar os seus custos de investimento. Por exemplo, não faz muito sentido no limite Luanda-Benguela vários operadores levarem fibra óptica no mesmo lado da estrada. Quando acontece um incidente, como uma derrocada de terras ou uma ponte que desaba, Benguela fica sem comunicações.

É um problema?

Se houvesse partilha de infra-estrutura, por exemplo, de fibra óptica ou até de serviço, poder-se-ia fazer concessões regionais. Um operador iria directo para Benguela via Sumbe, outro poderia ir via Waku Kungo e um terceiro poderia ir por Huambo e do Huambo para o Lobito e formava-se uma rede nacional. Quem iria ganhar seria o investimento, as empresas e o público, que acaba por pagar a factura dos investimentos. Sem esquecer a qualidade de serviço. É isso que falta.

Existe legislação sobre a partilha de infraestruturas. Não é aplicada?

A legislação está muito bem redigida, falta na realidade operacionalizar a lei.

Não há vontade entre os operadores?

O regulador tem feito um trabalho notável neste aspecto. Mas há ainda alguma relutância, até mesmo por parte de nós, operadores. Falta talvez maior acção e maior sentido de regulação do próprio regulador de impor a lei.

Isto terá a ver com alguma desconfiança entre operadores?

Não é só o caso de Angola. Países que hoje já partilham grandemente as infraestruturas também passaram por este processo. É natural que os operadores vêm com o histórico de fazer as suas redes e não querem compartilhar infraestruturas. Mas depois o próprio amadurecimento do eco-sistema de telecomunicações leva a que todos, regulador e operadores, compreendam que faz sentido e caminham para a partilha. Precisamos fazer as coisas rápido, temos de saltar etapas e não temos outra alternativa se quisermos nivelarmo-nos com outros países de referência. Mas temos também de ser pacientes em algumas questões.

Ao não partilharem infraestruturas não tornam o negócio das telecomunicações mais caro?

Podíamos partilhar investimentos e isso acabaria por se reflectir de alguma forma no preço final das telecomunicações. Mas não quero com isso aqui passar a mensagem errónea que este é o factor principal para aquilo que é designado de preços altos das telecomunicações em Angola, que descordo absolutamente. As telecomunicações em Angola são baratas.

Mesmo para a nossa realidade onde as pessoas vêm o seu poder de compra reduzir cada vez mais?

Basta ver o que se pagava por internet há dois anos e o que se paga hoje. Por exemplo, quando é que

“É natural que os operadores vêm com o histórico de fazerem as suas redes e não querem compartilhar”



foi o último aumento do custo do UTT ou das televisões? Alguns preços são regulados e outros, como a internet, o próprio mercado está a regular. Nos últimos dois anos, o preço da internet em Angola desceu entre 35 a 40%. Isto é um facto. E não estamos a fazer indexações à moeda estrangeira, porque, se o fizermos, esta descida ainda é maior. Esta é uma questão que o País tem, principalmente para empresas como a nossa que fornecem serviço de internet.

Em que sentido?

Há uma pressão muito grande no mercado para a redução dos preços da internet. Há a questão de sermos um sector de capital intensivo, indexado ao dólar e tivemos um aumento substancial da taxa de câmbio. Temos também alguns custos operacionais indexados e isso faz com que a margem das empresas diminua substancialmente. E hoje, se compararmos na região da SADC, Angola já não é o País com preços mais elevados de telecomunicações.

Diz que a falta de partilha de infraestruturas não é causa para os actuais preços das telecomunicações no País. Quais são então estes factores?

Por exemplo, ainda continuamos a ter dificuldades de energia. A rede, que é formada por torres, ainda é suportada por geradores, que aumentam os custos operacionais. A questão das ligações internacionais, porque grande parte dos nossos conteúdos ainda vamos buscar lá fora e é um esforço que fazemos para trazer estes conteúdos para aqui. Ainda temos alguma mão-de-obra especializada que é expatriada, porque o nosso mercado ainda não dispõe de quadros suficientes e capazes. Estou a falar, por exemplo, a nível da cibersegurança, onde é muito difícil encontrar profissionais locais com experiência e formação adequada.

Defende o aumento do preço das telecomunicações?

Em algumas áreas sim. Por exemplo, o das televisões. Os conteú-

“Há a questão de sermos um sector de capital intensivo, indexado ao dólar e tivemos um aumento substancial da taxa de câmbio”

dos e o segmento espacial, as televisões, estão muito ligadas ao dólar. É natural que estas áreas estejam bastante afectadas. As telecomunicações é dos sectores que nos últimos anos não aumentam preços. Este condicionamento do aumento dos preços poderá ser um dos factores da dificuldade de alguns operadores.

Qual é o peso das telecomunicações na economia nacional?

Provavelmente, se olharmos para o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser residual. Mas a questão não está no peso na economia, está na importância estratégica para o desenvolvimento do País. É imprescindível, inevitável, que se invista nas telecomunicações, nas tecnologias de informação no geral se o País quiser tornar-se competitivo em todos os aspectos. Por exemplo, é impossível o agricultor do interior poder concorrer com um agricultor no Brasil, porque este produz banana todo ano e não está sujeito à sazonalidade desta espécie, porque utiliza meios tecnológicos. Os nossos agricultores têm de cultivar no período certo e quase que não têm os meios tecnológicos. Países como o nosso e em via de desenvolvimento têm de queimar etapas no seu desenvolvimento e isso só se faz com o suporte de tecnologia.

O que falta para que as telecomunicações contribuam mais para o PIB numa altura em que o País precisa de diversificar a economia?

Faltam alguns incentivos. Por exemplo, o Imposto Industrial veio em contramão ao que deveria ser. Para as telecoms este imposto aumentou quando era suposto haver alguma subvenção. Falta operacionalizar o melhor o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações. Temos de parabenizar o esforço que tem sido feito para operacionalização do Fundo, mas ainda não há a visibilidade que os operadores contribuintes esperam. É preciso rever o conteúdo do nosso ensino, torná-lo mais focado às necessidades das empresas tecnológicas. Há ainda um grande gap.

Têm concertado com as autoridades para ultrapassarem estes constrangimentos?

Sempre que podemos expressamos. As autoridades ouvem-nos. Tentamos estar sempre próximos, passar a nossa mensagem, mas compreendemos que o caminho faz-se caminhado.

“A CONECTIVIDADE CONTINUA A SER O SERVIÇO MAIS SOLICITADO”

A Paratus apresentou esta semana o torneio designado “Golfe Solidário”. Em que consiste? O golfe solidário é uma actividade que temos vindo a fazer anualmente. Este ano é a décima edição e visa a angariação de fundos, que são aplicados na instalação de salas de informática em escolas da periferia. Este ano queremos também comemorar o marco de 10 realizações e esperamos angariar mais fundos do que usualmente fazemos. Queremos aumentar a nossa participação na instalação de salas de informática, porque hoje a tecnologia é importante para o desenvolvimento de uma nação. E quando estamos a falar de crianças mais ainda.

Ao longo destes anos, quantas

salas de informática equiparam?

Temos equipado salas de informática todos os anos ao longo dos torneios. Devemos andar aí entre 7 a 8 salas já equipadas em todo o País.

Que produtos e serviços nomotêm?

Lançamos um serviço de cloud, o BaaS - Backup as a Service. Uma solução que permite que as empresas façam o backup da sua informação de forma segura, através de servidores remotos, dispondo de uma equipa especializada para apoiar em todo o processo.

Quais são os serviços mais procurados?

Na verdade, a conectividade, onde se inclui a internet, conti-

nu a ser o serviço mais solicitado, porque passa a ser uma necessidade básica nos dias de hoje. O acesso à internet é essencial para as empresas.

Qual é o futuro da Paratus?

A Paratus, que já foi ITA, começou aqui no País. Neste momento, já somos um digital signal processing (DSP). Actuamos em sete países em África, nomeadamente, Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e, mais recentemente, a República Democrática do Congo. A nossa missão é construir no continente uma infraestrutura de qualidade mundial que catalise a digitalização e a integração africana. Somos um grupo com 600 colaboradores, dos quais 220 em Angola.

GRANDE ENTREVISTA FRANCISCO PINTO LEITE



“Os operadores têm de se reinventar no sentido de trazerem outros serviços”

Olhando para a telefonia móvel do País, as operadoras actuais são suficientes ou há espaço para mais?

Como engenheiro de telecomunicações, acho que ainda temos espaço, fundamentalmente o próprio mercado vai acabar por ditar este espaço. É evidente que o novo operador que apareceu está a conquistar o seu espaço, os outros continuam, alguns com mais dificuldades do que outros. Mas acho que temos, sim, espaço para termos mais operadores de telefonia móvel.

Isso é um bom sinal?

É um sinal da resposta do próprio mercado. É um sinal da pujança do próprio País, do potencial de Angola. Temos de explorar isso e, por via do tempo, torná-lo energia. Porque energia é que move.

Até onde esta desvalorização cambial impactou a vossa empresa?

Como qualquer outra empresa, tivemos de rever o nosso plano de investimentos e ponderar também alguma incerteza que o próprio mercado impõe neste momento. Temos o ADN de investir em alturas de crises, desde a fase ainda da marca Internet Technologies Angola (ITA). E hoje, como Paratus, continuamos com este espírito.

Tem resultado?

“Os operadores também têm de se reinventar, no sentido de trazerem outros serviços, porque o custo da conectividade e a internet alguma vez será zero”

Começámos como uma empresa de fundo de quintal e, quando decidimos dar o pulo, foi num período de crise, em 2013. Decidimos depois começar a investir em rede de fibra óptica no País. Chegámos a Cabinda, ao sul do País, ganhámos um concurso internacional de fibra óptica na República Democrática do Congo, que é gerida e operacionada a partir de Angola. Fizemos isso porque acreditamos no País. Obviamente que tomamos as nossas precauções. Olhando para os nossos planos de investimento, alguns poderão sofrer alterações, mas vamos fazer. Por exemplo, dentro do nosso portfólio de investimentos, temos a construção do nosso terceiro Data Center em Angola...

Onde?

Na Zona Económica Especial. E começa a ser construído ainda este ano. E vai representar o quinto Data Center do grupo Paratus. Para melhorar as telecomunicações continuamos a investir num grande anel de fibra óptica no norte do País, que está a interligar a província do Uíge à província do Zaire. Isso vai melhorar substancialmente a disponibilidade dos serviços que hoje levamos ao norte do País, incluindo Cabinda e até algum tráfego que trazemos de Ponta Negra a partir da fronteira de Massabi. Continuamos a investir no mercado domiciliar. Começámos com foco no segmento corporativo e, no último ano e meio, investimos em 50 mil pontos de acesso de internet disponibilizados em 12 centralidades com grande destaque para o interior do País. O nosso objectivo é disponibilizarmos, no próximo ano, para a população de baixa renda 100 mil pontos de acesso de internet em Angola.

Relativamente aos preços como vão proceder?

O preço de conectividade em Angola tende a baixar. E neste momento a Paratus, além de adaptar o seu preço ao mercado, aumentou a capacidade de conexão que é a tendência de mercado.

Quanto facturam ao ano?

A Paratus tem vindo a registar um crescimento sustentado e consistente ao longo dos últimos anos. Apesar da concorrência acrescida, a qualidade e a fiabilidade dos nossos serviços, aliadas à nossa estratégia de inovação contínua, permite-nos reforçar a nossa posição no mercado e alcançar resultados financeiros bastante satisfatórios.

A falta de financiamento é uma das queixas do empresário nacional, apesar de o Governo anunciar a criação de algumas linhas de crédito. Têm beneficiado destes financiamentos?

Parte do nosso investimento é com recurso à banca, mas como empresa e não dentro de qualquer linha de crédito especial. Temos

feito recurso a crédito de curto prazo para suprimento decorrente de tesouraria. E temos também recorrido a crédito de médio e longo prazo para investirmos.

Como perspectiva o desenvolvimento das telecomunicações em Angola?

Vejo a convergência de serviços cada vez mais acentuada. O mercado a equilibrar os operadores e a estruturar a vários níveis. Os operadores também têm de se reinventar, no sentido de trazerem outros serviços, porque o custo da conectividade e a internet alguma vez será zero. O futuro das telecomunicações no País passa naturalmente por reconstruir a malha de base, integrar os sectores, operacionalizar a partilha de infraestruturas e estar pronta para a convergência de serviços.

QUARENTA ANOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Francisco Pinto Leite é formado em engenharia electrónica e telecomunicações, possui um MBA em gestão de projectos. Foi militar da ex-FAPLA, onde trabalhou na direcção de telecomunicações e é membro da Associação de

Engenheiros de Angola desde 1993. Com mais de 30 anos de carreira, assistiu à evolução das telecomunicações em Angola. Acredita no potencial do País para o sucesso das telecomunicações e tecnologias de informação.